

DECIFRAR OS SINAIS: DESLOCAMENTO E ESPAÇOS URBANOS EM *NO PAÍS DAS ÚLTIMAS COISAS*, DE PAUL AUSTER

Rafaela Scardino (UFES)¹

Resumo: *Na cidade de No país das últimas coisas, romance de Paul Auster, o confronto com estranhos deve ser evitado, ainda que os personagens sejam impelidos à proximidade. Não distante desse processo, a consolidação do difícil vínculo de pertencimento – que configura uma busca incessante – jamais pode ser alcançada, pois, nessa cidade fragmentada, sempre se é estrangeiro. Em diálogo com reflexões sobre os deslocamentos nas cidades contemporâneas, analisa-se, no texto de Auster, a encenação literária tanto da perda dos espaços públicos (territórios de produção subjetiva) quanto da conseqüente rarefação dos contatos com o outro (fundamentais para a constituição efetiva do eu).*

Palavras-chave: *Paul Auster; espaços urbanos; ficção contemporânea.*

Destituídas de sua ligação com as regras de civilidade, as cidades contemporâneas vêm tendo cada vez maiores porções de seu território ocupado por espaços intersticiais que não estão disponíveis ao mapeamento advindo da experiência individual. Ao mostrarem-se sempre fluidos e permeáveis, impelindo à movimentação, esses espaços não oferecem a possibilidade de fixidez por qualquer período de tempo além do mínimo necessário para sua utilização, seja como local de consumo ou ponto de travessia. Tendo o descolamento como um imperativo, as cidades contemporâneas acabam por hostilizar a civilidade que propiciaria o contato entre sujeitos,

Tendo em vista a definição de Richard Sennett, que afirma ser a cidade o lugar onde estranhos podem se encontrar, é possível entender *civilidade*, juntamente com o

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rafaelascardino@yahoo.com.br.

autor, como a “atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras” (Sennett 1988: 323). Dessa forma, civilidade liga-se à assunção de uma identidade pública cujo propósito é justamente permitir o encontro entre desconhecidos sem que seja necessário o estabelecimento de vínculos. A civilidade seria, então, o que nos resguardaria da interioridade de um outro com o qual, apenas através dela, podemos dividir um espaço público comum, a cidade.

Nos romances do escritor norte-americano Paul Auster, encontramos cidades cuja fragmentação relaciona-se, de modo constitutivo, à subjetividade dos personagens. Nesses espaços urbanos é possível detectar a perda do espaço público, cuja função seria propiciar o encontro com o *outro*, fundamental para a constituição de um *eu*. Tal perda relaciona-se à ansiedade do contato com o outro, uma das principais características dos sujeitos contemporâneos, que deixa marcas na organização do espaço, como nos diz Zygmunt Bauman.

Em seu livro *Modernidade líquida*, o sociólogo polonês propõe que o período em que vivemos, muitas vezes chamado pós-modernidade, é uma nova faceta da modernidade, uma versão leve, fluida, instável como os líquidos. A fase precedente é denominada, em oposição, “modernidade pesada”. Obcecada, segundo o autor, com o controle exercido sobre o tempo e o espaço, a “modernidade pesada” foi um período em que as idéias de riqueza e poder estavam intimamente ligadas ao volume e ao espaço dominado. Mas a imponência proveniente das imensas porções de terra ocupada como símbolo de poder, como os gigantescos parques industriais das empresas automobilísticas norte-americanas, um poder profundamente ligado à rotinização do tempo e à manutenção de fronteiras, tinha como contrapartida negativa a falta de mobilidade e rapidez necessárias à expansão do capital: sua fixidez impunha também limites à fluidez, desejada, dos fluxos financeiros.

A fase “líquida” da modernidade, por sua vez, é marcada pelo enfraquecimento, ou mesmo apagamento, de fronteiras. Também chamada por Bauman de “modernidade do *software*”, a contemporaneidade privilegia conexões que propiciam a rápida movimentação de matéria-prima bem como de mão-de-obra. A noção de instantaneidade permeia todas as ações, financeiras ou humanas – estruturas ou relações pessoais cujos benefícios estejam ligados à sua duração são evitados e vistos como não-lucrativos. Da mesma forma, o espaço é desvalorizado pela possibilidade de se estar em qualquer lugar instantaneamente, ainda que apenas de maneira virtual². Sobre a perda de valor sofrida pelo espaço, o autor escreve: “[n]o universo de *software* da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre ‘longe’ e ‘aqui’. O

² É muito freqüente que a pós-modernidade seja apresentada como uma era de grande valorização do espaço, o que não aponta contradição em relação à proposta de Bauman, pois o espaço é valorizado justamente pela grande capacidade de flutuação adquirida com o recente aumento da mobilidade geográfica, que propicia às grandes empresas a descentralização de suas atividades, flexibilizando os necessários investimentos em infra-estrutura, mão-de-obra etc.

espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta” (Bauman 2001: 136).

Como observamos, a cidade contemporânea é um espaço flutuante, fragmentário, mas de forma alguma desorganizado: sua organização se dá sempre muito rapidamente, de acordo com as demandas do fluxo de capital, numa eficiente busca por lucros cada vez maiores e mais rápidos. Da mesma forma, seus habitantes devem incessantemente negociar representações espaciais que lhes permitam criar relações de identidade condizentes com as novas práticas espaciais levadas a cabo nessas cidades “líquidas”.

Pensemos, por exemplo, nos grandes condomínios fechados e severamente vigiados que se multiplicam ao redor de nossas cidades, ou nos *suburbs* norte-americanos, cujo desligamento das cidades, à procura de afastarem-se da possibilidade de contato com o outro, conduz a um estado de irrealidade, como nos diz Lewis Mumford:

Os benefícios biológicos do subúrbio foram minados pelos seus defeitos psicológicos e sociais: acima de tudo, a irrealidade do seu retiro. Na cidade, os pobres faziam manifestações; os mendigos estendiam as mãos na rua; a doença propagava-se rapidamente, dos bairros pobres para as residências dos abastados, servindo-se do moço de recados, da lavadeira, da costureira ou dos outros servidores necessários, como veículos: o olhar, quando não cuidadosamente desviado, numa caminhada de cinco minutos em qualquer direção, podia ver um cortiço ou pelo menos o filho de um cortiço, esfarrapado e sujo (Mumford 1998: 534).

Como podemos ver, a ansiedade do contato está ligada ao um desejo não apenas de distância do outro, mas também de seu apagamento. O pobre, o doente, “esfarrapado e sujo” deve ser excluído de qualquer contato com o “cidadão de bem” morador de espaços, como os condomínios residenciais, cujo fluxo de pessoas é fortemente controlado, como forma de propiciar uma “triagem” daqueles aos quais é permitido o acesso.

O contato com estranhos é fundamental à experiência urbana, e dele depende a civilidade, prática cada vez menos presente em nossas cidades tomadas de territórios hostis à troca entre sujeitos. Considerando a noção de sociabilidade proferida por Bakhtin no excerto abaixo, podemos notar que a “irrealidade” do isolamento suburbano proposta por Mumford decorre não apenas da ausência de contato superficial com o outro — como, por exemplo, a visão de pedintes —, mas principalmente da falta de experiência, de um contato mais profundo que desorganize o sujeito, cujo “crescimento” se dará na sua conseqüente reorganização:

Tenho consciência de mim mesmo e me torno eu mesmo apenas ao revelar-me para outro, através do outro e com a ajuda do outro. [...] Não o que está dentro, mas o que tem lugar na *fronteira* entre a consciência de um e do outro, o *limiar*. E tudo o que é interno gravita não em direção a si mesmo, mas é voltado para fora e dialogizado, cada experiência interna acaba na fronteira, encontra uma outra e neste encontro cheio de tensão está toda a sua essência. Esse é o maior degrau de sociabilidade (não exterior, não material, mas interno) (Bakhtin *apud* Nyström 1999: 58).

O amor pelo gueto, que podemos verificar tanto nos subúrbios quanto no processo de fortalecimento de índices identitários profundamente enraizados étnica ou localmente, é uma das conseqüências da atomização das cidades, pois a falta da complexidade de experiências desperta o desejo por contato humano – ainda que se busque um contato homogeneizado e fortemente organizado, como podemos ver na descrição que faz Richard Sennett das associações formadas nos subúrbios americanos:

[...] entre pessoas que dizem aos pesquisadores que não professam nenhuma religião, encontra-se um numero enorme que pertence a igrejas suburbanas; assim, quando finda a explosão de nascimentos após a Segunda Guerra, muitos dos pais que hoje têm filhos adultos continuam a pertencer a associações de pais e mestres (Sennett 1988: 363).

Ressaltamos, juntamente com o estudioso americano, que essas mesmas “comunidades”, que conseguem estabelecer laços a princípio tão fortes e estreitos, não estendem suas práticas à cidade, ou seja, à busca de alternativas para o desaparecimento dos espaços públicos:

[...] os termos do desenvolvimento urbano moderno fazem com que o contato comunitário em si mesmo pareça ser uma resposta ao depercimento social da cidade. Esses padrões de desenvolvimento urbano não despertaram qualquer desejo de se refazer a própria cidade com uma nova imagem [...] (Sennett 1988: 363).

Nos projetos urbanos mais recentes, o medo do contato é uma evidência. A ordem e a segurança vendidas pelos condomínios fechados são, na verdade, garantias de ausência de contato com o outro. Em geral, o contato, ralo, se dá apenas nos não-lugares³, que oferecem a necessária assepsia proporcionada pela

³ Não-lugares são territórios esvaziados de identidade e história. Reservados à movimentação, neutros de significado, desestimulam a permanência e o estabelecimento de vínculos. Marc Augé propõe que se considerem não-lugares tanto os espaços destinados à circulação – como aeroportos, rodovias,

utilização de identidades “pré-fabricadas” e cuja arquitetura conduz frequentemente à desorientação, como num acordo em que o usuário aceita perder pontos de referência em troca do suposto alívio decorrente de outra perda, a da interioridade, tão buscada pelos personagens de Paul Auster.

Para Luis Alberto Brandão, “o atributo que define a rua” – aquele que deveria ser o principal espaço público das cidades, mas que podemos facilmente incluir na categoria de espaços “públicos-mas-não-civis”⁴ – “é a prescrição de que nenhuma identidade se consolide”: como nos não-lugares, nas ruas “a relação básica ideal é que as relações não se estabeleçam” (Brandão 2005: 46), e que todos possam ignorar-se mutuamente.

A experiência do não-lugar pressupõe a inexistência de estrangeiros, pois todos os usuários compartilham dos mesmos hábitos de consumo e obedecem à mesma cartilha de normas de conduta. O estrangeiro a que nos referimos não é o habitante de um país distante, mas aquele que, apesar de espacialmente parecer pertencer a um determinado grupo, ocupa, na verdade, a condição de uma peça extra num sistema em que todas as posições já estão ocupadas:

Nesta relação, a distância significa que ele [estrangeiro], que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é na verdade uma relação muito positiva: é uma forma muito específica de interação. Os habitantes de Sirius não são realmente estrangeiros para nós, ao menos em qualquer sentido sociologicamente relevante: para nós, não existem em absoluto; estão além da distância e da proximidade. Assim como o indigente e as variadas espécies de “inimigos internos”, o estrangeiro é um elemento do próprio grupo (Simmel 1983: 183).

Como podemos ver, o estrangeiro não é aquele que está distante, mas aquele que, inserido no grupo social, não pertence, efetivamente, a ele. O estrangeiro é uma figura sem lugar, ou seja, não consegue estabelecer relações identitárias com o espaço que ocupa. Tal ausência de relações é, muitas vezes, uma imposição do grupo social, mas pode se dar, também, pela própria organização do espaço, os espaços “públicos-mas-não-civis”, de que falamos anteriormente. Um exemplo de falta de relações conectado à organização e

grandes centros comerciais – quanto as relações estabelecidas entre eles e os indivíduos que deles se servem. Em nossa argumentação não nos referimos, necessariamente, aos não-lugares “institucionais” listados pelo antropólogo, mas buscamos demonstrar que a própria cidade é experimentada como um não-lugar na obra de Auster. Cf. AUGÉ, 1994.

⁴ Constituem, para Zygmunt Bauman, territórios para os quais não se encontra outra denominação além de “públicos” – em contraposição aos chamados espaços privados –, mas que não favorecem o exercício da civildade. Os “não-lugares” são incluídos pelo sociólogo polonês nesta categoria de espacial (Cf. Bauman 1998: 119 ss).

utilização do espaço é o que encontramos descrito pelo personagem Leo Hertzberg, narrador do romance *O que eu amava*, de Siri Hustvedt, que não pode deixar de sentir-se estrangeiro em um *shopping* em Iowa:

Não sei quanto tempo fiquei naquele lugar, perambulando entre os cabides de vestidos frouxos, camisas coloridas e jaquetas gordas recheadas de penas que pareciam bem mais quentes que meu casaco de lã. Os enfeites cintilantes e as luzes fluorescentes pareciam tremeluzir acima de minha cabeça, enquanto eu espiava para dentro de uma loja depois da outra. Todas elas eram marcas familiares, com filiais em quase todas as cidades da América. Nova York também tem essas mesmas lojas, mas quando eu saí de uma Gap para entrar numa Talbots ou numa Eddie Bauer [...] me senti um estrangeiro de novo. [...] [N]aquela tarde, vendo minha imagem refletida num espelho atrás do outro, minhas feições me pareceram subitamente alienígenas. Cercado pelos habitantes de Iowa, eu parecia um judeu emaciado andando no meio de uma multidão de gentios superalimentados (Hustvedt 2006: 434-435).

Um judeu alemão que ainda criança emigrou para os Estados Unidos e passou a maior parte da vida em Nova York, Hertzberg tem dificuldade em reconhecer sua própria imagem, estrangeira entre “as grandes cadeias de lojas que brilham absolutas nas planícies vazias do Meio-Oeste da América” (Hustvedt 2006: 434).

Apesar de o excesso de fenômenos das cidades contemporâneas transbordar princípios modernos de organização, sua configuração espacial continua a excluir o contato com o corpo do outro, pois a reflexão contemporânea a respeito do espaço associa tanto a ordem quanto a segurança à ausência de contato. As superfícies vítreas que recobrem as cidades não permitem acesso ao interior dos edifícios: “a cidade feita de vidro”, nos lembra Helmi Nyström, “é feita de superfícies que parecem permitir a travessia” (Nyström 1999: 20) do olhar, mas apenas permite ao pedestre que veja sua própria imagem refletida, ou seja, oferece apenas ilusão de contato.

Em *No país das últimas coisas*, romance que analisaremos neste trabalho, a protagonista Anna Blume escreve uma carta a um amigo do passado, relatando a vida nesta cidade sem nome, situada num país “das últimas coisas”. Anna, a todo o momento a protagonista adverte o possível leitor de sua carta, pois não sabemos se esta chegará a seu destino, do perigo derivado do contato com as pessoas na cidade: “Na rua, prosseguia ela, você precisa se lembrar de dar apenas um passo de cada vez. E de manter o olhos bem abertos, olhando para cima e para baixo, para a frente e para trás, atento aos outros corpos, alerta contra o imprevisível. Colidir com alguém pode ser fatal” (Auster s/d1: 12).

No romance, cabe a Anna a narração dos processos pelos quais se buscam lugares – espaços simbolizados – numa cidade em constante mudança. A ordenação simbólica do espaço viabiliza a estruturação da experiência, o que conduz o sujeito à possibilidade de estabelecimento de uma identidade e à sensação de pertencer à sociedade em que está inserido, visto que a própria sociedade se organiza a partir de representações espaciais coletivas. A cidade descrita por Anna é particularmente hostil no tocante à fixidez, impedindo até mesmo que pensamentos perdurem. Na carta que escreve a um amigo do passado, adverte que “[p]ouco a pouco, a cidade o saqueia, não há dúvida. Jamais se pode ter uma rota fixa, e você só sobrevive se nada lhe for necessário. Sem aviso prévio, você tem de estar disposto a abandonar o que estava fazendo, a inverter as coisas” (Auster s/d1: 13).

Num mundo de efemeridade e transição, a mobilidade passa a constituir as relações entre os espaços e os sujeitos, desencorajando a semantização dos espaços bem como a estabilidade identitária: negociar espaços nas cidades contemporâneas muitas vezes equivale a abrir mão de representações subjetivas, “abandonar o que estava fazendo” (Auster s/d1: 13), mesmo que isto signifique, também, abandonar o que se estava sendo.

No Lar Woburn, instituição de caridade em que trabalha Anna, os residentes – como são chamados os desabrigados atendidos pela instituição –, acostumados à solidão e desconfiança da vida nas ruas, encontram grande dificuldade, quando obrigados a conviver, em abrir mão do medo do contato com estranhos e adotar as regras de convivência e comunidade exigidas para a admissão, como executar pequenas tarefas (lavar os pratos, arrumar as camas) e não roubar ou entrar em brigas: “Você vai se acostumando a cuidar de si mesmo, a pensar exclusivamente em seu próprio bem-estar e, de repente, alguém vai lhe dizer que é preciso cooperar com um bando de desconhecidos, exatamente o tipo de gente da qual você aprendeu a desconfiar” (Auster s/d1: 119).

Sobre a indiferença existente entre os habitantes da metrópole moderna, tão acostumados a pensar apenas em si mesmos, Simmel explica que, “mais freqüentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo, ainda que este tenha sido provocado” (Simmel 1983: 17).

Confinados, os residentes do Lar Woburn extravasam sentimentos de aversão e tornam-se particularmente sensíveis a desconfortos gerados pelo *corpo* do outro – lembremos que nas cidades cheias de “lugares-públicos-mas-não-civis”, os corpos têm como ideal a movimentação independente, sem necessidade de sequer tomar conhecimento de outros corpos, ou encarando-os meramente como obstáculos à circulação: “Com freqüência surgiam brigas entre os albergados, qualquer coisa era capaz de gerar conflitos: a maneira como alguém comia ou coçava o nariz, [...] o tossir ou o roncar de um enquanto outros estavam tentando dormir” (Auster s/d1 : 119).

Em *Palácio da Lua*, outro romance de Auster, a descrição das regras de conduta necessárias à movimentação pelas ruas de Nova York parece dialogar diretamente com Simmel:

Nas ruas tudo é comoção e corpos, e, quer se goste ou não, é impossível estar nelas sem aderir a regras rígidas de comportamento. Andar no meio de uma multidão significa nunca ir mais depressa que os outros, nunca permanecer muito tempo atrás de alguém, nunca fazer alguma coisa que interrompa o fluxo de pessoas. Quem respeita tais regras geralmente é ignorado por todos. Há um olhar de gelo muito peculiar nos nova-iorquinos quando andam pelas ruas, uma forma natural, e talvez necessária, de indiferença para com o próximo. Pouco importa, por exemplo, a aparência de alguém. Roupas extravagantes, penteados esquisitos, camisas com *slogans* obscenos, nisso ninguém presta atenção. Por outro lado, é da maior importância a maneira como alguém se comporta dentro das roupas. Gestos estranhos são imediatamente tomados como ameaça. Falar sozinho, coçar o corpo, olhar bem nos olhos de alguma pessoa são transgressões que podem desencadear reações hostis, violentas por vezes, de quem estiver ao redor. Ninguém deve cambalear, desmaiar, nem agarrar-se às paredes. Tampouco se deve cantar, pois tais formas de comportamento espontâneo ou involuntário com certeza irão atrair olhares, provocar observações cáusticas e até mesmo um eventual empurrão ou pontapé na canela (Auster s/ d2: 65-66).

Como podemos ver, a movimentação pelas ruas não é livre, e tampouco independente. Existe um rígido conjunto de normas ao qual se deve obedecer para não “desencadear reações hostis”: a rua, supostamente espaço público e celeiro de civilidade, torna-se também um não-lugar e qualquer evidência de identidades espontâneas – que, por manifestarem-se fisicamente, colocam em evidência o corpo (temido) do outro – é vista como ameaça.

É também o corpo de Anna que deve mudar no contato com as ruas: preocupada com os riscos que poderia correr uma jovem sozinha nas ruas da cidade, Isabel, sua amiga, a convence a mudar sua imagem, “tornar menos aparente [sua] feminilidade” (Auster s/ d1: 53), cortando o cabelo e usando roupas largas. Ao perder marcas exteriores de sua sexualidade, Anna parece também não conseguir reencontrar sua identidade nem reconhecer o *lugar* em que se encontra: “Ao terminar, Isabel me entregou um espelhinho e mandou-me dar uma olhada. Os primeiros momentos foram espantosos. Eu estava tão feia que nem me reconhecia. Era como se me tivesse transformado noutra pessoa. ‘Que aconteceu comigo?’, pensei. ‘Onde estou?’” (Auster s/ d1: 56).

Como Hertzberg, Anna não consegue identificar-se à imagem refletida no espelho. E também de forma semelhante ao personagem de Hustvedt, perde a

compreensão de seu lugar na frágil relação que havia conseguido negociar com a cidade até o momento, volta a sentir-se estrangeira, agora um outro de si mesma, estranha a seu próprio corpo. Mas essa mesma alteração em sua aparência que a faz sentir-se, mais uma vez, sem lugar, é, como nos lembra Tim Woods, “conseqüência direta (e uma necessidade) de seu novo espaço social na cidade, na medida em que busca se misturar a seu entorno” (Woods 1995: 114)⁵.

A mudança de Anna – que não apenas conduz à necessidade de uma re-compreensão identitária, como também opera como “caminho para a rearticulação de novas identificações” (Brandão 2005: 59) – é também uma forma de negociação com os espaços sociais em que está inserida. Além disso, desvia a atenção de seu corpo, em especial de suas características femininas: “Com o corpo assim coberto, meus seios e minhas nádegas ficaram invisíveis, não havia o que cobiçar em mim. Seria preciso ter muita imaginação para saber o que realmente havia dentro daquelas roupas, e o que há de mais escasso na cidade é justamente imaginação” (Auster s/d1: 57).

Vale sublinhar que é impossível identificar-se completamente com o tecido fluante da cidade das últimas coisas. Desse modo, Anna deve “constantemente praticar uma ‘defamiliarização’ das experiências vividas, prevenindo-se de se acostumar a uma rotina ou a um lugar familiar, já que isso levaria a um falso senso de segurança” (Woods 1995: 114), mortal na cidade ocupada por barreiras instáveis.

Assumir as identidades ofertadas pelos não-lugares é uma ação que facilita a ausência de civilidade, pois os estranhos já não precisam construir uma *persona* pública que intermedeie seu contato com o outro; em vez disso, assumem identidades disponibilizadas para poupá-los desse contato. Também Anna, deixando para trás traços de sua antiga identidade, tem diminuídas as ameaças decorrentes de seu contato com as ruas, mas, “nessa erradicação camaleônica de qualquer sentido de *self* físico, emocional ou mental, o leitor é constantemente lembrado como o espaço físico estrutura a consciência e a atividade social” (Woods 1995: 114), pois sabemos que Anna precisa negociar incessantemente práticas e lugares com a cidade.

Nos não-lugares, o contato com o outro é excluído e o contato com o espaço se dá por intermédio do texto. Nas auto-estradas, por exemplo, o deslocamento se dá fora das cidades, mas os pontos que poderiam despertar o interesse do viajante são sinalizados por placas que indicam os pontos turísticos mais próximos. “O viajante fica, de certo modo, dispensado de parar e até mesmo de olhar” (Augé 1994: 89), mas as atrações dignas de nota são comentadas pela sinalização à margem das vias e o viajante, que muitas vezes sequer vê o ponto notável, “encontra-se, a partir desse momento, condenado a extrair prazer apenas do conhecimento de sua proximidade” (Augé 1994: 90).

⁵ Quando indicado nas referências uma edição em língua estrangeira, a tradução é de minha autoria.

A própria cidade é constantemente concebida como um texto, cujo grau de legibilidade é variável e está sempre ligada às práticas e ao uso deste espaço:

O livro social que *se escreve sobre* e que, simultaneamente, *é escrito pelo* espaço urbano tende a possuir, na atualidade, acentuada dimensão literária – compreende-se o literário, genericamente, como o modo de escrita que explora a flutuação de sentidos, as margens de indeterminação do caráter representável da realidade, o flerte com o imaginário em seu estado mais difuso. Na literatura e na cidade contemporâneas, “o centro do livro desloca-se com cada acontecimento que o conduz adiante”. Livro descentrado ou, paradoxalmente, livro no qual “o centro está em todo lugar” (Brandão 2005: 50-51).

A cidade da narrativa de *No país das últimas coisas* participa da constituição subjetiva dos personagens, o que não se opõe à nossa argumentação de que é um não-lugar: a subjetividade dos personagens é descentrada, desprovida de uma organização histórica, como os não-lugares; sua organização subjetiva é antes simultânea (espacial), que seqüencial (temporal). “O espaço da cidade na obra de Auster atua tanto como cenário de eventos textuais quanto como um texto passível de interpretação individual. Gradualmente, a cidade emerge como um texto em que, para sobreviver, ‘você deve aprender a ler os sinais’” (Woods 1995: 115).

Concordamos com a afirmação supracitada de Tim Woods, mas lembramos que o texto da cidade austeriana é um texto instável que impossibilita o hábito e o estabelecimento de práticas. Nessa cidade, portanto, ainda que se consiga decifrar os sinais, jamais se poderá transformar esse conhecimento em memória, em experiência, tampouco ser realmente parte da cidade, ainda que seja possível não se sentir mais de todo estrangeiro.

DECIPHERING THE SIGNS: DISPLACEMENT AND URBAN SPACES IN PAUL AUSTER’S *IN THE COUNTRY OF LAST THINGS*

Abstract: In the city from *In the country of last things*, a novel by Paul Auster, the confrontation with strangers should be avoided, even though the characters are impelled to being close to one another. Not distant from this process, the consolidation of the sense of belonging – an endless search – can never be reached, for in this fragmented city one is always an outsider. Establishing a dialog with important theories on the displacement within contemporary cities, this paper will analyze, in Auster’s novel, the literary depiction of the loss of

public spaces (territories of subjective production) and the consequent rarefaction of the contact with the *other* (a fundamental part of the constitution of the *self*).

Keywords: Paul Auster; urban spaces; contemporary fiction.

REFERÊNCIAS

AUSTER, Paul. *No país das últimas coisas*. Tradução: Luiz Araújo. São Paulo: Best Seller, s/d1.

_____. *Palácio da Lua*. Tradução: Marcelo Dias Almada. São Paulo: Best Seller, s/d2.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Luis Alberto. Mapa volátil. O imaginário espacial: Paul Auster. In: _____. *Grafias da identidade: literatura contemporânea a imaginário nacional*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina/Fale (UFMG), 2005, p. 35-65.

HUSTVEDT, Siri. *O que eu amava*. Tradução: Sonia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NYSTRÖM, Helmi. *Three sides of a wall*. Obstacles and Border States in Paul Auster's Novels. Pro gradu, October 1999. University of Helsinki, Comparative Literature, Institute for Art Research, Faculty of Arts. Disponível em <<http://ethesis.helsinki.fi/julkaisut/hum/taite/pg/nystrom/>>, acesso em 31 mai 2006.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O fenômeno urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 11-25.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.

WOODS, Tim. 'Looking for sings in the air': urban space and the postmodern in *In the country of last things*. In: BARONE, Dennis (ed). *Beyond the red notebook*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995, p. 114.

ARTIGO RECEBIDO EM 30/07/2012 E APROVADO EM 22/10/2012.